

A ETNOASTRONOMIA INDÍGENA COMO PRÁTICA EDUCATIVA

Vitória Freitas Caetano de Oliveira (UEPG)

Marcelo Emilio (UEPG)

Letícia Fraga (UEPG)

INTRODUÇÃO: A etnoastronomia indígena constitui um campo de estudo fundamental para a compreensão da diversidade cultural e das múltiplas formas de relação entre as sociedades humanas e o cosmos. No contexto brasileiro, marcado pela ampla diversidade de povos originários, esses saberes celestes expressam cosmologias complexas, profundamente vinculadas aos ciclos da natureza, à organização da vida cotidiana e à espiritualidade. Como campo interdisciplinar, a etnoastronomia investiga os modos pelos quais diferentes culturas observam, interpretam e utilizam os fenômenos celestes. No Brasil, esse campo evidencia tradições que articulam conhecimentos astronômicos a dimensões simbólicas, ambientais e sociais, revelando outras formas legítimas de compreender o céu e o mundo.

METODOLOGIA: Esta pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, centrada em produções acadêmicas sobre etnoastronomia indígena e ensino. O levantamento foi realizado inicialmente na plataforma Google Acadêmico, com base em descritores relacionados à astronomia indígena, etnoastronomia, saberes indígenas e educação. Foram selecionados trabalhos que discutem os conhecimentos astronômicos de povos originários brasileiros, bem como suas interfaces com a formação cultural e os processos educativos. A análise do material buscou identificar contribuições da literatura para a valorização desses saberes e para a construção de práticas pedagógicas interculturais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: O levantamento bibliográfico realizado evidenciou que a etnoastronomia indígena constitui um campo relevante tanto para a valorização dos saberes dos povos originários quanto para a ampliação das possibilidades pedagógicas no ensino. As obras consultadas mostram que esses conhecimentos celestes não se restringem à observação do céu, mas se articulam a práticas agrícolas, rituais, formas de organização social e modos próprios de compreender o tempo e o espaço. Nesse sentido, a literatura analisada aponta que a etnoastronomia pode atuar como importante ferramenta educativa, ao favorecer o diálogo intercultural e o reconhecimento da pluralidade de formas de produção de conhecimento, como destaca Silva (2021).

Os estudos também indicam que a hegemonia de uma visão científica ocidental, historicamente tomada como única forma legítima de conhecimento, contribuiu para o silenciamento e a desvalorização de outros saberes, entre eles os conhecimentos indígenas sobre o céu. Nesse contexto, reconhecer e valorizar essas tradições torna-se especialmente importante diante dos processos históricos de apagamento cultural que afetam esses povos e, em alguns casos, fragilizaram a transmissão de conhecimentos ancestrais entre gerações.

Além disso, a discussão dialoga com a Lei nº 11.645/2008 (Brasil, 2008), que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica, embora essa exigência não se estenda, de forma explícita, à formação superior de professores. Como observa Resterich (2022), a astronomia indígena apresenta grande potencial educativo em diferentes níveis de ensino, especialmente

por articular diversidade cultural, interdisciplinaridade e valorização dos saberes indígenas. Em consonância com Afonso (2014), essa abordagem também favorece uma aproximação entre o ensino de astronomia, a história cultural e os elementos da fauna e da flora associados às leituras indígenas do céu, despertando maior interesse dos estudantes pelo tema.

Dessa forma, a literatura consultada permite compreender a etnoastronomia indígena como um campo legítimo de produção de conhecimento e como uma possibilidade concreta de construção de práticas educativas mais inclusivas, interculturais e comprometidas com a valorização da diversidade epistemológica.

Palavras-chave: Etnoastronomia; Ensino; Saberes indígenas.

REFERÊNCIAS:

AFONSO, G. B. *O céu dos índios do Brasil*. In: **Anais da 66ª Reunião Anual da SBPC**. - Rio Branco, AC, julho/2014.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008, p. 1.

RESTERICH, Jéssica Fátima de Souza. *A valorização do ensino da astronomia indígena na educação brasileira*. 2022. Dissertação (Mestrado em Astronomia). Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

SILVA, Walison Oliveira da. *A etnoastronomia como possibilidade de ensino de ciências e valorização cultural*. **Revista Latino-Americana de Educação em Astronomia (RELEA)**, n. 21, p. 7–28, jan./jun. 2021.